**RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA E OS ENTRAVES NO/PARA O FUTURO DO ENSINO MÉDIO AMAZONENSE**

Flavia Luenny da Silva Mota[[1]](#footnote-0)

Ruan Lucas de Souza Pereira[[2]](#footnote-1)

Sílvia Cristina Conde Nogueira[[3]](#footnote-2)

**E-mail:** flavia.luenny.mota@gmail.com

**GT 1:** Educação, Estado e Sociedade na Amazônia

**Financiamento:** Fundação de Amparo a pesquisas do Estado do Amazonas (FAPEAM)

**Resumo:** Aborda a parceria instituída entre o Estado do Amazonas e a Associação Instituto Iungo no que tange à formação continuada de professores e gestores. Os fundamentos teórico-metodológicos do materialismo dialético esboçaram a pesquisa bibliográfica e documental. Nesse primeiro momento, a análise revelou que a Educação é um terreno fértil para o capital se expandir, implementar suas propostas lucrativas e ideológicas e ainda competir pelo fundo público, viabilizado pelas parcerias que firma. A formação continuada como objeto da parceria SEDUC-AM e IUNGO se configura dentro de dois programas: o *Nosso Ensino Médio* e os *Itinerários Amazônicos*. O primeiro encontra-se em vigor promovendo formação continuada para a rede estadual de ensino desde 2021 e o segundo está no primeiro semestre de vigência, iniciado em abril de 2023, mas que apesar disso já materializa o avanço das instituições privadas no processo de disputa pelo fundo público, na medida em que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou a destinação de recursos públicos da ordem de R$ 8,3 milhões para esse programa.

**Palavras-chave**: Relações Público-Privadas, Novo Ensino Médio, Nosso Ensino Médio, Itinerários Amazônicos.

**Introdução**

As Parcerias Público-Privadas, enquanto estratégia político-ideológica do neoliberalismo, se alastram no Brasil a partir da implementação do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, que legitima as instituições do Terceiro Setor. O papel do Estado, nesse contexto, passa a ser reformulado dentro dos princípios da administração pública gerencial, que se materializa em parcerias institucionais entre os Estados e as instituições privadas que se apresentam como organizações não governamentais, filantrópicas, público não-estatal, entre outras.

Cabe ressaltar que o terceiro setor enquanto novo executor das políticas sociais foi/é, *supostamente*, a solução encontrada para o desenvolvimento social do país, com o discurso de construir segundo Ball e Olmedo (2013, p. 46) “uma alternativa potente ao ‘fracasso’ do Estado”.

O Novo Ensino Médio (NEM), não diferente desse contexto, tem o terceiro setor como o principal executor dessa política, primeiro porque o NEM é a expressão de uma política neoliberal, política esta que tem como um de seus pilares a privatização, entendida neste trabalho como grande objetivo do capital. Portanto, o NEM cai como uma luva para o avanço das empresas privadas, que disfarçadas de públicas não-estatais, adentram às políticas públicas educacionais, assumindo o lugar do Estado na sua execução. Entretanto, partimos do pressuposto de que esse fracasso estatal ocorre como consequência de uma crise estrutural do capital, a crise do Estado é consequência do verdadeiro fracasso estrutural que é o sistema capitalista.

Sob esse contexto, este trabalho – identificando essa relação institucional entre Estado e Terceiro Setor presente no contexto da implementação da reforma do Ensino Médio – visa analisar a relação público-privada estabelecida entre o Estado do Amazonas e a Associação Instituto Iungo na implementação do Novo Ensino Médio no Amazonas. A partir desse objetivo emergiram – para esse momento particular da pesquisa em andamento – os seguintes objetivos específicos: Identificar a natureza do Instituto Iungo e discutir o lastro empírico do avanço das instituições privadas sobre o fundo público.

**Metodologia**

Esta pesquisa é um desdobramento da proposta coletiva de investigação intitulada “A reforma do Ensino Médio com a Lei 13.415/2017: percursos das redes estaduais de ensino” que encontra-se articulada à Rede Nacional EMPesquisa.

Os procedimentos que permitiram a coleta e análise dos dados, sob a égide do Materialismo Dialético, foram: pesquisa bibliográfica e análise documental. O termo de Cooperação Técnica (MANAUS, 2021) e os documentos institucionais da MRV engenharia, além das informações publicadas no endereço eletrônico do [*Movimento Bem Maior*](https://movimentobemmaior.org.br/), da rede [*Uma concertação pela Amazônia*](https://concertacaoamazonia.com.br/) e da [*associação Instituto Iungo*](https://iungo.org.br/)foram codificados e analisados.

**Resultados parciais e discussão**

A análise documental revelou que o Instituto Iungo emergiu em 2020 sob o propósito de promover a formação continuada para os educadores, da rede estadual de ensino, do Novo Ensino Médio. Os dois programas norteadores dessa ação são: *Nosso Ensino Médio* e *Itinerários Amazônicos.* O programa *Nosso Ensino Médio* foi o primeiro a ser elaborado e implementado com urgência nos estados. No Amazonas, por exemplo, em 06 de dezembro de 2021, firmou-se a parceria entre o Estado e o Instituto Iungo, de acordo com o Termo de cooperação técnica n° 11/2021 (MANAUS, 2021). Entretanto, este se materializa antes mesmo da celebração do termo de cooperação técnica, o que denota a urgência pela implementação dessa política.

Os mantenedores desse instituto são o Instituto MRV e o Movimento bem maior (MBM). A MRV é uma empresa de engenharia e o MBM que tem como lideranças 3 engenheiros, 1 economista, 1 apresentador de TV, 1 advogado, família de grandes empresários e uma empresa de gestão de recursos proprietários. O programa financiado por essas entidades propõe ações de formação docente para a implementação dos novos currículos do Ensino Médio. Essas ações são compostas por trilhas de aprendizagem *online* com material autoinstrucional. A análise desses materiais permite inferir que a formação integral e a formação para a democracia tendem a ser negadas em detrimento de uma formação pragmática com base na aplicação de métodos acordados por sujeitos externos ao ambiente escolar.

O programa *Itinerários amazônicos* iniciou sua implementação nos estados da Amazônia Legal (Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Tocantins e Roraima) em abril de 2023. Esse programa, ao ter a destinação de recursos não reembolsáveis do BNDES, empresa pública federal, é o lastro empírico mais evidente do processo de disputa pelo fundo público para execução de uma política educacional por uma entidade privada. E o avanço sobre o fundo público se dá mediante promessas de erradicar a pobreza, reduzir desigualdades e ampliar oportunidades aproximando a escola da realidade do estudante às novas demandas e complexidades do mercado de trabalho. Além disso, advogam o fortalecimento do Estado de Direito na Amazônia e o engajamento do setor privado que está comprometido com o futuro dessa região.

**Considerações finais**

Como conclusões preliminares, tendo em vista o *status* em andamento sob o qual a pesquisa se encontra, destacamos que as relações públicas e privadas, que ganham notoriedade a partir da reforma do papel do Estado brasileiro na década de 90, mediada ideologicamente pela política neoliberal, legitimam a primazia do interesse privado, pois este executa as políticas, determina os limites da gestão pública, impõe seus pressupostos ideológicos materializados no conteúdo das formações continuadas que implementam e nos materiais didáticos que embasam a formação.

A parceria instituída entre a SEDUC-AM e o IUNGO, atestam essa evidência, a medida em que fica perceptível esse jogo de estratégias do capital para ganhar mais espaço no âmbito das políticas públicas e alcançar mais lucro e visibilidade às custas da educação, via parcerias. As grandes empresas mantenedoras – inicialmente – do instituto revelam que para atingir seus objetivos podem intervir e atuar na coordenação, elaboração de projetos, execução e apoio a todos os programas que financiam, ainda que sejam do ramo imobiliário, como a MRV ou com a liderança de apresentadores de TV, Engenheiros e demais profissionais que estão bem distantes da área educacional, como o MBM.

Outra manifestação inquietante dessa parceria está no processo de implementação do programa *itinerários amazônicos*, pois ao contarem com o financiamento do BNDES confirmam nossa indagação de que essas organizações ao se apresentarem como solidárias, que querem contribuir com a dimensão social do país, e por isso firmam cooperações técnicas, sem fins lucrativos, estão na verdade disputando o fundo público, e pautando os projetos econômicos e ideológicos para o país. Além disso, os princípios, que norteiam esse programa, tem uma visão economicista, enxergando a região amazônica como uma possível solução para as lacunas regionais e nacionais e para a recolocação do país no cenário mundial.

Entretanto, destaca-se que a implementação do programa iniciou em abril de 2023 e, portanto, não temos dados mais acentuados e nem documentos que nos subsidiem a analisar como está ocorrendo a materialidade propriamente dita desses *itinerários amazônicos*. A primeira formação está em curso e será objeto dos próximos avanços de nosso estudo. Dessa maneira, a pesquisa encontra seu limite nesse ponto da investigação pela falta de documentos e pela própria implementação do programa que está em seu primeiro semestre de vigência.

**Referências**

ASSOCIAÇÃO INSTITUTO IUNGO. Formação de professores para transformar a Educação. [site institucional]. Disponível em: <https://iungo.org.br/> Acesso em: 01 abr. 2023.

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, Vera (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado**: implicações para a democratização da educação. Brasília, Líber Livro, 2013. p. 33-47.

MANAUS. Extrato. Termo de Convênio de Cooperação Técnica nº. 11/2021, celebrado em 06/12/21. Diário Oficial do Estado do Amazonas: Manaus, AM, ano CXXIX, p. 4, 6 dez. 2021b. Disponível em: <https://www.imprensaoficial.am.gov.br/> Acesso em: 01 abr. 2023.

NOSSO ENSINO MÉDIO, Formação de educadores. [site institucional]. Disponível em: <https://nossoensinomedio.org.br/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

1. Mestranda em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Integrante do grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Educação (GTE/UFAM). E-mail: <flavia.luenny.mota@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-0)
2. Mestrando em Educação pelo programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM). Integrante do grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Educação (GTE/UFAM). E-mail: <ruanlucasufam@gmail.com>. [↑](#footnote-ref-1)
3. Doutora em Educação. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas (FACED/UFAM). Vice-líder do grupo de pesquisa Gênero, Trabalho e Educação (GTE/UFAM). E-mail: <silviaconde@ufam.edu.br>. [↑](#footnote-ref-2)